

PREJULGADO Nº 032

Negar exequibilidade às Leis Municipais nº 1550/00, 1.878/07, 1.882/07 e 1.971/08, do município de Muniz Freire, que autorizaram contratações temporárias sem o atendimento aos requisitos constitucionalmente exigidos para o preenchimento desses cargos, que devem estar fundados em necessidades temporárias de excepcional interesse público – violação expressa do art. 37, incisos II e IX, da Constituição da República.

Órgão Colegiado: Plenário

Processo: TC-04824/2009-5

Assunto: Auditoria Ordinária

Autuação: 06.08.2009

Relator: conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges

Decisão: Acórdão TC-1128/2017

Sessão: 30ª Sessão Ordinária do Plenário de 05.09.2017

Publicação: Acórdão TC-1128/2017, disponibilizado no Diário Oficial Eletrônico do TCEES nº 1092, do dia 19 de março de 2018, considerando-se publicado no dia 20/03/2018, nos termos dos artigos 62 e 66, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual 621/2012, c/c art. 5º, da Resolução TC nº 262/2013.